

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.169 - AM (2018/0128036-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : R E MARTINS RABELO  
**RECORRENTE** : MARTINS VEICULOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MIGUEL BENTO VIEIRA - MG110432  
ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES - MG032064  
**RECORRIDO** : DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCOS ANTONIO CAVALCANTE E OUTRO(S) -  
AM003494  
ÍKARO PEREIRA AMORE - AM006350  
**AGRAVANTE** : DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCOS ANTONIO CAVALCANTE - AM003494  
ÍKARO PEREIRA AMORE - AM006350  
**AGRAVADO** : R E MARTINS RABELO  
**AGRAVADO** : MARTINS VEICULOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MIGUEL BENTO VIEIRA - MG110432  
ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES - MG032064

### **EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARTIGOS. INTEMPESTIVIDADE. INÉPCIA.

1. Liquidação de sentença por artigos.
2. É intempestivo o agravo em recurso especial que é interposto fora do prazo recursal de quinze dias úteis.
3. O agravo em recurso especial, interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial, que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados não deve ser conhecido.
4. Agravo em recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto pela DISTRIBUIDORA E COMERCIAL R J C LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

O agravo em recurso especial interposto é inadmissível por ser intempestivo. A decisão prolatada pelo TJ/AM que não admitiu o recurso especial foi publicada em 07/02/2018 (e-STJ fl. 4.767), quarta-feira. Exauriu-se, pois, o prazo legal para a interposição do agravo em recurso especial em 1º/03/2018, quinta-feira. No entanto, a petição do recuso foi protocolizada em 05/03/2018, segunda-feira (e-STJ fl. 4.768), ou seja, fora do

# *Superior Tribunal de Justiça*

prazo legal de 15 dias úteis.

Ressalte-se que a jurisprudência do STJ, com o julgamento do AREsp 957.821/MS, consolidou-se no sentido de que, em se tratando de recurso interposto sob a égide do CPC/15, a comprovação da ocorrência de feriado local deve ocorrer no ato de interposição do recurso.

Por fim, ainda que assim não fosse, o agravo em recurso especial não poderia ser conhecido, na medida em que a agravante não demonstrou, de maneira consistente e específica, que não seria necessário o reexame de fatos e provas, o que atrai a incidência do óbice da Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora